

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

I - Contexto Operacional

NOTA 01

A **Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto-ADUFOP** é uma entidade de personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem como finalidade congrega os docentes da UFOP, defender interesses, direitos e prerrogativas de seus associados, conforme artigo 3º. do Estatuto Social registrado sob o nº 96 do Livro A-1 das Pessoas Jurídicas do Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da comarca de Ouro Preto em 17 de agosto de 1983.

II- Apresentação das Demonstrações

NOTA 02

As Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e Resolução CFC nº877/2000, que aprovou a NBCT 10.19. Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) nos aspectos não abordados por esta Interpretação e a Resolução CGC 1.409 de 21/09/2012.

As demonstrações financeiras apresentam adequadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Instituição. As demonstrações financeiras se constituem de: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com o CPC PMEs considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PMEs requer o uso de certas estimativas e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas contábeis significativas para as demonstrações financeiras.

(i) **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é moeda funcional da instituição e sua moeda de apresentação.

(ii) **Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo

CTC - Contcultural Ltda

Largo do Rosário, 41 - Rosário - Ouro Preto - MG
(31)3551-3951 - (31)3551-1247

como contrapartida o superávit do exercício correspondente à consolidação de recursos próprios da entidade.

(iii) Instrumentos financeiros

A administração classifica ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit) e empréstimos recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

(iv) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

(v) Empréstimos recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Durante o exercício a entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras).

(vii) Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas e eventos futuros.

NOTA 03

O resultado é apurado pelo regime de competência, observando-se os seguintes procedimentos específicos: (I) os gastos com gratuidade (Decreto 2.536/98, artigo 3º - inciso VI), correspondem a totalidade das despesas com assistência social e das despesas operacionais.

NOTA 04

Os direitos e obrigações da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

NOTA 05

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

NOTA 06

A entidade não mantém nenhum tipo de estoque de ativos.

NOTA 07

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear considerando a vida útil dos bens. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. O intangível está representado por licenças de software adquiridas e outros bens, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

(i) Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

NOTA 08

As receitas da entidade são apuradas através de comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros. As receitas correspondem aos valores recebidos de doadores, e de doações eventuais e outros recebimentos próprios da atividade. As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio ou investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, permanece em conta específica do passivo.

NOTA 09

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos.

As respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.

A entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou jurídicas. No ano de 2017 recebeu as seguintes doações:

Pessoas Físicas	R\$ 884.121,82
-----------------	----------------

NOTA 10

A entidade celebrou o convênio abaixo relacionado:

Entidade	Valor R\$
Plano de Saúde UNIMED-Inconfidentes	4.427.929,39

NOTA 11

Os recursos da Entidade foram elaborados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 12

As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais, Recibos e demais documentos contábeis e gerenciais, em conformidade com exigências legais-fiscais.

NOTA 13

A entidade não ofereceu nenhuma gratuidade durante o exercício.

NOTA 14

A entidade não possui nenhum tipo de seguro.

NOTA 15

A entidade não é entidade filantrópica não ficando portando obrigada a atender ao disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto nº 2.536/98. Portanto a entidade, no ano de 2017, não estava obrigada a conceder gratuidades.

NOTA 16

Quando necessário a entidade constitui provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

(i) Contingências

Na data das demonstrações financeiras, o Instituto não apresentava nenhum passivo relacionado a contingência não havendo portanto nenhum depósito judicial ou equivalente. O Instituto também não é parte envolvida em nenhum processo trabalhista, tributário ou de qualquer outra esfera administrativa, judicial ou extrajudicial.

NOTA 17

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superávits (déficits) apurados anualmente, assim como pelas doações em espécie ou de bens recebidas, desde a data de sua constituição.

(i) Patrimônio Social

A constituição dos fundos especiais é composto por apropriação de doações patrimoniais na sua constituição e de doações de terceiros.

(ii) Reservas patrimoniais

As reservas patrimoniais, quando existentes, constituem-se (i) de bens do ativo permanente adquiridos, em exercícios anteriores, com recursos de terceiros; (ii) de resultados de projetos e convênios firmados em exercícios anteriores apropriados por ocasião do encerramento por apresentação da prestação de contas ao órgão concedente ou incentivador; (iii) ajuste relacionado a reavaliação do ativo imobilizado.

(iii) Ajustes Patrimoniais

É constituído por saldo referente a ajustes de exercícios anteriores, decorrentes de efeitos provocados por erros imputáveis a determinado exercício anterior, quando a informação mais correta estava disponível, ou poderia ser obtida com razoável esforço, e que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes, ou ainda, oriundos de mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela entidade.

Erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto de

informação confiável que: (a) estava disponível quando da autorização para divulgação das demonstrações contábeis desses períodos; e (b) pudesse ter sido razoavelmente obtida e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis. Tais erros incluem os efeitos de erros matemáticos, erros na aplicação de políticas contábeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos (CPC 23).

NOTA 18

A entidade está isenta de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD). A entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2017, está prevista para entrega até 30 de Junho de 2018.

NOTA 19

A entidade, durante o exercício de 2017, não usufruiu de nenhuma isenção de encargos previdenciários.

André Luiz Monteiro Mayer
Presidente
CPF: 651.115.916-72

Welington Luiz de Carvalho
CRC MG 45.101
CPF 393.128.796-34

CTC - Contcultural Ltda

Largo do Rosário , 41 - Rosário - Ouro Preto - MG
(31)3551-3951 - (31)3551-1247